

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014

### RESOLUÇÃO TC 22/2014, DE 12/11/2014 – ANEXO II, ITEM 23



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas do exercício findos em 31 de dezembro de 2014

O setor público vem, gradualmente, introduzindo práticas contábeis convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC por meio da observância às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCAASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Por meio dos dispositivos legais mencionados, o TCE-PE vêm implantando práticas como o reconhecimento de créditos existentes, bem como o reconhecimento das provisões sobre folha de pagamentos de pessoal, implantação da depreciação e amortização.

As mudanças vêm sendo inseridas gradualmente, tendo em vista várias restrições da Administração Pública, dentre as quais se destaca a forte cultura puramente orçamentária ainda existente, onde o patrimônio tem importância residual, e a dificuldade em adequar os sistemas de informação aos padrões necessários para um adequado registro da Contabilidade Pública.

Diante dessa perspectiva, ressalte-se que ações vêm sendo adotadas no sentido de convergir com padrões internacionais de contabilidade, embora os procedimentos contábeis que conduziram à elaboração das Demonstrações Contábeis ainda não se encontrem em total conformidade com os referidos padrões.

## 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO** exerce o controle externo da Administração Pública, auxiliando os Poderes Legislativos, e tem como funções: Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e das suas entidades da administração indireta, incluídas as fundações, fundos, sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Estadual e Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Estadual ou Municipal. Exerce também a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos Poderes Estadual e Municipal.

Em 2014, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) alcançou os seguintes resultados que refletem a efetividade de sua atuação enquanto instrumento fundamental para a melhoria da gestão pública, a defesa do interesse social e o combate à corrupção, em benefício da sociedade:

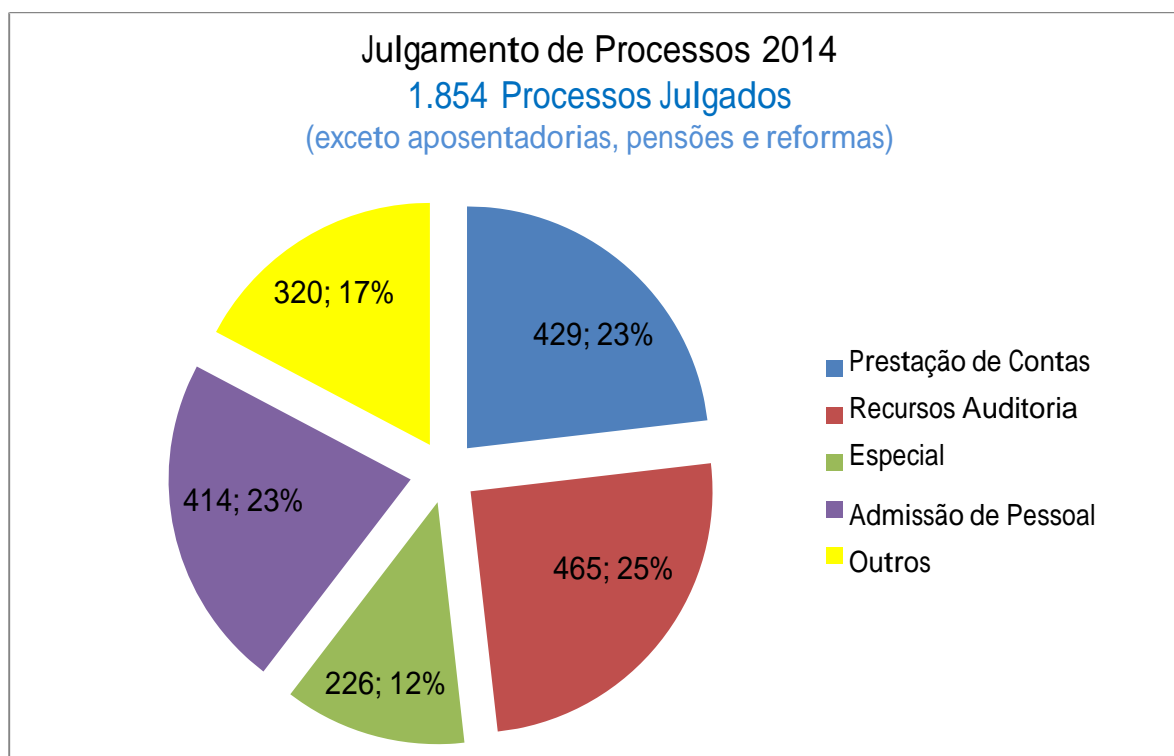
### 1.1 – Benefícios Financeiros das ações de controle Externo

O TCE-PE retornou para sociedade o valor de R\$ 104.839.506,80 em benefícios financeiros, sendo R\$ 77.420.656,92 resultante das ações concomitantes, R\$ 2.596.920,2 referente a aplicação de multas e R\$ 24.821.929,68 a imputação de débitos. Os benefícios resultantes da atuação concomitante referem-se, sobretudo, a análises de procedimentos licitatórios. Em 2014, 271 procedimentos licitatórios foram analisados, que acarretaram redução do preço máximo. Além dos procedimentos licitatórios, foram realizadas **508** auditorias de acompanhamento e **36** auditorias especiais concomitantes. Também foram analisadas **7** denúncias concomitantes, monitorados **7** TAG's- Termo de Ajuste de Gestão e formalizadas **20** medidas cautelares.

### 1.2 – Julgamento de processos:

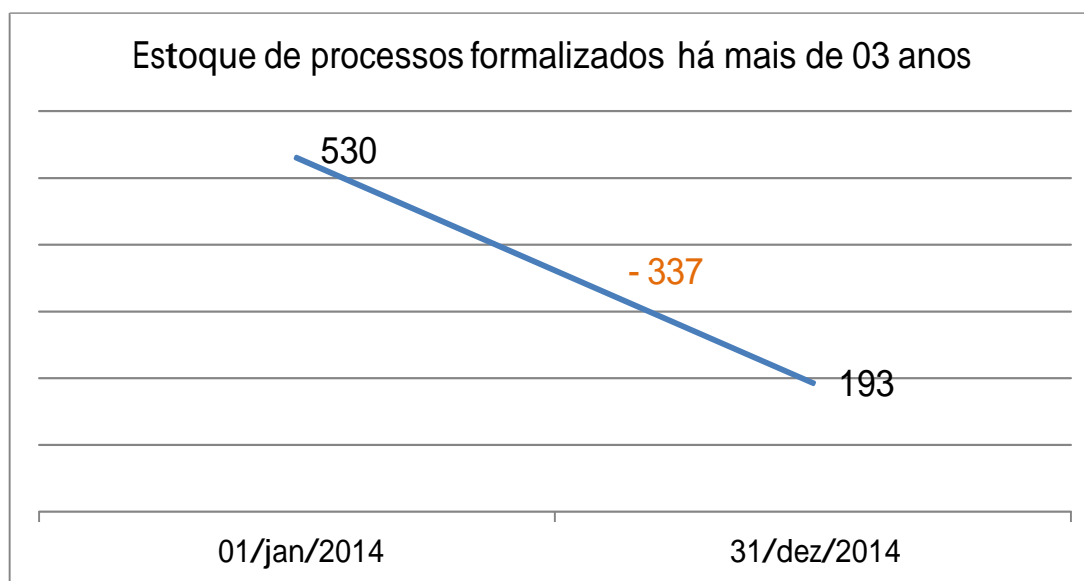
Em 2014 o Tribunal julgou **12.069** processos, sendo **10.215** processos de Aposentadorias, Pensões e Reformas (APR) e **1.854** processos das demais modalidades (-APR), distribuídos de acordo com o gráfico a seguir:

Documento Assinado  
em 12/11/2014  
Acesse por: <https://www.tcepe.org.br/validador/validador.jspx>  
TCE DE OLINDA  
SEABR  
VALDECIR FERNANDES DOS SANTOS  
1602dbc7-34f3-4583-b9da-7713ee700000



Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos - AP

O TCE-PE tem trabalhado no sentido de priorizar o julgamento dos processos antigos, tendo em vista que estes processos demandam um tempo maior para análise e julgamento. Para demonstrar esse esforço, no início de 2014, o estoque de processos formalizados há mais de 03 anos era de **530** e foram julgados **337**, ressaltando-se a tendência de diminuição desse estoque.



Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – AP

Dos **12.069** processos julgados em 2014, **11.741 (95%)** foram julgados pelos Conselheiros e **598 (5%)** pelos Auditores (Substitutos). Durante todo o ano de 2014, o Tribunal realizou **215** sessões, sendo **43** do Pleno, **87** da 1ª Câmara e **85** da 2ª Câmara.

Com relação à publicação de processos, em 2014, registra-se o número de **12.277** deliberações publicadas atingindo um desempenho de **105%** no período. O tempo médio de publicação dessas deliberações foi de **08** dias.

O Tribunal de Contas, através do programa TCEndo Cidadania, atingiu no período um total de **7.785** pessoas estimuladas a exercer o Controle Social, distribuídas pelas seguintes ações: a) Escola da Cidadania = **5.845**; b) Fórum TCEndo Cidadania = **875** e c) Curso de Gestão Pública para representantes de Conselhos Municipais = **1.065**.



### 1.3 – Demandas do cidadão

Em 2014 foram registradas 1.452 demandas do cidadão, sendo 888 (61,1%) relacionadas a informações sobre Atos de Gestão. Até o final do exercício 1.377 demandas foram efetivamente concluídas. Computando demandas em aberto de exercícios anteriores, até dezembro de 2014, o estoque totalizou 120 demandas pendentes de solução final.

Com relação à Lei de Acesso à Informação - LAI, o TCE-PE aprovou uma Resolução regulamentando a Lei Federal nº 12.527/2011 que entrou em vigor a partir de maio/2012. Importante destacar que o TCE-PE foi o primeiro Tribunal de Contas do Brasil a regulamentar essa lei. Nesse sentido, foi implantando o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Esse serviço disponibiliza no sítio da internet dados de interesse do cidadão e formulário eletrônico para solicitação de informações. Foram registradas 253 solicitações de informações, em 2014.

Outra forma importante de comunicação com o público externo é o meio eletrônico (internet) onde o sítio do TCE-PE contabilizou no período 459.052 acessos.

O TCE-PE lançou na internet, em novembro de 2011, o Portal do Cidadão, contendo informações sobre receitas, despesas, licitações, contratos e informações relacionadas à saúde dos diversos municípios pernambucanos. Em 2014 foram registrados 20.844 acessos ao referido Portal. O Portal do Cidadão é referência em matéria de transparência. Obteve o 2º lugar na premiação nacional de desenvolvedores QlikView (ferramenta utilizada para o desenvolvimento do portal), em evento que se realizou em São Paulo no mês de julho/2012.

## 2 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às práticas da contabilidade pública adotada no Brasil, lastreadas pela Lei Federal nº 4.320/64. Por ser o primeiro exercício financeiro em que os demonstrativos serão apresentados no formato exigido no MPCASP, não será feita a comparação entre dois exercícios. As principais práticas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

### 2.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades constantes na conta Caixa e Equivalentes de Caixa são avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são demonstradas o custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. As aplicações financeiras são indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"), com prazo de vencimento inferior a 360 dias.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada a seguir:

contas	31/12/2014
<b>Caixa e Bancos</b>	<b>80.389,59</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>59.325.079,</b>

### 2.2 - Créditos e valores a curto prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar decorrentes de adiantamentos concedidos pelo TCE, em especial adiantamento de férias e de parcela de INSS relativa à gratificação de função recebida por servidores à disposição, no período de 1997 a 2009, de acordo com a legislação vigente, bem como a política de gestão de pessoas deste Tribunal. A seguir, demonstramos o quadro:

contas	31/12/2014
<b>Adiantamento férias</b>	<b>2.324.830,26</b>
<b>Adiantamento INSS servidor a disposição</b>	<b>287.911,51</b>
<b>Outros adiantamentos</b>	<b>18.728,83</b>
<b>Total</b>	<b>2.631.470,60</b>

### 2.3 - Estoques

Os bens são registrados com base no valor de aquisição/produção. Referem-se a bens de consumo utilizados nas atividades operacionais e administrativas do TCE. Já o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64.

Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA VALDECIR FERNANDES PASCOAL  
Assinado em: 2015/01/26 10:17:11 eec7dbs



## 2.4 - Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção e reavaliação, deduzido da depreciação acumulada. Os saldos das contas contábeis e as taxas utilizadas para depreciação são as seguintes:

Descrição – BENS MÓVEIS	R\$	Taxa de depreciação
máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	425.479,63	20%
bens de informática	2.368.171,90	20%
móveis e utensílios	7.829,35	10%
materiais culturais, educacionais e de comunicação	38.201,18	20%
veículos	429.790,66	20%
bens móveis a classificar até 2013 (a)	20.004.549,29	variável
(-) depreciação acumulada de bens móveis	(11.423.909,37)	
<b>TOTAL</b>	<b>11.850.112,64</b>	

- (a) Refere-se a bens advindos do antigo plano de contas, a serem reclassificados nas devidas contas contábeis, durante o exercício de 2015, após a finalização do inventário geral de todos os bens, cujo prazo de execução vai até o 1º semestre de 2015.

Descrição – BENS IMÓVEIS	R\$	Taxa de depreciação
edificações em geral (b)	85.540.048,32	Variável (c)
terrenos sem edificações (d)	4.610.000,00	-
bens imóveis - obras em andamento a classificar	26.684,17	-
(-) depreciação acumulada de bens imóveis	(54.602,46)	
<b>TOTAL</b>	<b>90.122.130,03</b>	

- (b) Em 2014, todas as edificações do TCE-PE foram devidamente reavaliadas, gerando um efeito patrimonial positivo no montante de R\$ 30.643.344,65.
- (c) Devido à reavaliação das edificações, cada imóvel tem sua própria taxa de depreciação.
- (d) Em 2014, todos os terrenos do TCE-PE foram devidamente reavaliados, gerando um efeito patrimonial positivo no montante de R\$ 4.610.000,00.

## 2.5 - Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos por produção própria, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, deduzido da amortização acumulada, cujo cálculo é feito com base no tempo de utilização do respectivo software. Os saldos das contas contábeis são os seguintes:

Descrição	R\$
softwares em uso	392.677,20
software em desenvolvimento	342.610,50
(-) Amortização acumulada de bens intangíveis	(48.386,01)
<b>TOTAL</b>	<b>686.901,69</b>

## 2.6 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de contribuição previdenciária patronal para o regime de previdência próprio do Estado de Pernambuco – FUNAFIN e ao INSS. Seu valor até 31/12/2014 é de R\$ 3.220.777,63.

## 2.7 - Fornecedores, contas a pagar e obrigações fiscais a curto prazo

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços. Seu montante registrou até 31/12/2014 o valor de R\$ 2.277.906,18, corresponde ao valor a pagar a fornecedores nacionais.

## 2.8 – Demais obrigações a curto prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de eventos passados e decorrentes

de retenções junto à Folha de Pagamentos dos servidores e de pagamentos de fornecedores, feitas pelo TCE-PE favor de terceiros. Seu montante registrou até 31/12/2014 o valor de R\$ 7.904.106,16. A seguir, detalhamos:

DESCRIÇÃO DA CONTA	R\$
consignações retidas sobre a folha de pagamento	513.890,67
imposto de renda retido sobre a folha de pagamento	6.926.275,79
Outras obrigações a curto prazo	463.939,70
<b>TOTAL</b>	<b>7.904.106,16</b>

## 2.8 - Provisão sobre folha de pagamento

Decorrem do reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de direitos legais, incluindo os encargos deles decorrentes, proporcionalmente ao período a que faz jus cada servidor público. São calculados proporcionalmente ao período em que o servidor tem direito e a remuneração que o mesmo percebe, incluindo os encargos patronais deles decorrentes.

Descrição das contas	Saldo em 31/12/2014
provisão de férias	29.311.506,65
provisão de férias - abono constitucional	4.301.781,82
provisão de licença prêmio	149.641.287,99
provisão de encargo patronal ao RPPS sobre férias	7.914.106,79
provisão de encargo patronal ao RPPS sobre licença-prêmio	40.403.147,75
<b>TOTAL</b>	<b>231.571.831,00</b>

O provisionamento de férias e de licença-prêmio começou a ser contabilizado em 2014, fato que gerou elevados montantes, ajustando o Patrimônio Líquido do TCE-PE em 2014.

## 7 – Ajustes de exercícios anteriores

O TCE-PE introduziu, durante o exercício, vários registros contábeis em consonância com os ditames estabelecidos nas Novas Normas Contábeis contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MPCASP), especificamente em relação ao reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões de férias, licença-prêmio e respectivos encargos patronais por competência e a depreciação dos bens móveis até 2013.

Neste contexto, descrevemos contabilizações geraram os seguintes impactos negativos no Patrimônio Líquido da entidade:

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$
provisão de férias até 31/12/2013	(19.895.277,87)
provisão de férias - abono constitucional até 31/12/2013	(1.729.758,23)
provisão de licença prêmio até 31/12/2013	(135.442.091,64)
provisão de encargo patronal ao RPPS sobre férias até 31/12/2013	(5.371.725,02)
provisão de encargo patronal ao RPPS sobre licença-prêmio até 31/12/2013	(36.569.364,74)
depreciação acumulada de bens móveis até 31/12/2013	(10.518.867,50)
outros ajustes de exercícios anteriores	(305.315,40)
<b>TOTAL</b>	<b>(209.832.400,40)</b>

## 8 – Resultado Patrimonial do Exercício

O resultado patrimonial do exercício foi positivo em R\$ 23.162.025,61, conforme demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A seguir demonstramos os efeitos patrimoniais decorrentes da execução orçamentária, bem como o resultado não originário da execução orçamentária de receitas e despesas:

RESULTADO DECORRENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5.545.402,34
Transferências Intragovernamentais Recebidas	304.333.200,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	542.030,70
Remuneração a Pessoal	(205.597.812,39)
Encargos Patronais	(49.545.965,68)





Benefícios a pessoal	(12.630.442,37)
Uso de Material de Consumo	(1.479.926,61)
Serviços	(19.336.092,16)
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	(947.436,27)
<b>Resultado Patrimonial decorrente da execução orçamentária</b>	<b>20.882.957,56</b>

<b>RESULTADO PATRIMONIAL INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$</b>
Reavaliação de ativos	35.812.993,71
Ganhos com alienação	37.718,18
Provisões sobre folha de pagamento	(32.563.613,50)
Depreciação e amortização	(1.008.030,34)
<b>resultado patrimonial independente da execução orçamentária</b>	<b>2.279.068,05</b>

## 9 - Cobertura de seguros

Face à natureza de suas atividades, à descentralização das suas instalações, a Instituição adota política de contratar cobertura de seguros com base no conceito securitário de “perda máxima provável”, o que corresponde ao valor máximo passível de destruição em um mesmo evento.

Dentro desse conceito, em 31 de dezembro de 2014, os ativos do TCE-PE apresentavam-se segurados contra sinistros (incêndio, raio, explosão, atos dolosos e impactos de veículos) em R\$ 65.486.507,56, conforme contrato nº 73/2014, que inclui a apólice de seguro.

## 10 – Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. A sua estrutura evidencia integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas, pelo seu valor nominal, e classificadas em conformidade com a parte I e anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que trata dos aspectos orçamentários.

As despesas são reconhecidas quando empenhadas, pelo seu valor nominal e classificadas em conformidade com a parte I do MCASP.

As receitas previstas e arrecadadas (executadas) estão em conformidade com a Lei Orçamentária Anual. As despesas fixadas representam o orçamento inicial com as alterações ocorridas no período, por meio de créditos adicionais e dos remanejamentos orçamentários. Já as realizadas (executadas) compreendem aquelas empenhadas, apresentadas por tipo de crédito e categoria econômica.

Neste demonstrativo, para evidenciar o equilíbrio ocorrido no período, são apresentadas as transferências financeiras concedidas e recebidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo. Essas transferências não se confundem com receitas, tampouco despesas, pois se referem apenas a movimentações financeiras, cujo orçamento já foi disponibilizado nas Unidades Gestoras deste Poder, no caso das recebidas, ou de outras unidades, para as concedidas.

**10.1** - As receitas orçamentárias arrecadadas, consolidadas, considerando os duodécimos e repasses recebidos, totalizaram R\$ 310.600.626,22, representando um acréscimo de 1,2% em relação à receita prevista de R\$ 307.035.000,00 e 8,7% comparando-se à receita arrecadada no exercício anterior, cujo montante foi de R\$ 285.809.083,86. Destaca-se, do montante arrecadado, as receitas patrimoniais decorrentes de aplicações financeiras efetuadas por esta Entidade (R\$ 5.558.231,26).

**10.2** - O déficit de previsão consolidado de R\$ 3.140.000,00 (comparativo entre a receita prevista e a despesa fixada) corresponde ao montante de créditos suplementares realizados com recursos do superávit financeiro.

10.3 – O resultado orçamentário do balanço consolidado (comparativo entre a receita e a despesa executada, considerando os duodécimos e repasse recebidos e concedidos) foi superavitário em R\$ 16.183.715,58, conforme detalhamos no quadro a seguir:

### Resultado Orçamentário

Origem	Identificação	Valor (R\$)	Detalhamento
Receitas + Repasse + Duodécimo	(a)	3.565.626,22	Excesso de arrecadação das receitas diretamente arrecadadas
	(b)	304.333.200,00	Duodécimo repassado pelo Executivo
	(c = a + b)	310.600.626,22	Recurso excedente, em relação ao inicialmente previsto (receitas e duodécimo)
Despesa Orçamentária	(d)	294.416.910,64	Despesas executadas
Resultado Orçamentário	(e = c - d)	16.183.715,58	Superávit efetivo

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

### 11 – Balanço Financeiro

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamentária, conjugadas como os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e aos que são transferem para o exercício seguinte.

### 12 - Eventos subsequentes e outras informações relevantes

Em consonância com os ditames estabelecidos nas Novas Normas Contábeis contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MPCASP), a partir do exercício de 2015, o TCE estará efetuando a implementação do sistema de rateio do custo por atividade, dando ênfase ao custo por processo da área de instrução e julgamento, que são as áreas que efetuam as atividades finalísticas deste Tribunal.

Recife, 13 de fevereiro de 2015.

ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA  
CONTADOR RESPONSÁVEL- CRC-PE 16.709/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA  
Asses em: https://e-icepe/c:br/ep/validadDoc:seam Código do documento: 4602dbc7-34f3-4583-b044-01711cec7db5